

Nosso mundo perigoso

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

As complicações mundiais vêm num crescente desde o final dos anos 1990

Enquanto se processavam as alterações na estrutura de produção global, ocorreram no entre-méio crises financeiras que absorveram as atenções gerais. Agora enfrentamos um novo desarranjo de forças antagônicas que fazem de tudo para obter o desempate do jogo e ficar na supremacia. A partir da globalização, promovida pelo que se convencionou chamar de neoliberalismo, ocorreram profundas transformações financeiras, cambiais e econômicas.

A produção fabril foi concentrada principalmente na Ásia. Iniciou-se um processo de desindustrialização e precarização geral em muitos países. Com certeza outros caminhos poderiam ter sido identificados, mas esse foi o adotado em função dos interesses imediatistas. Empregos e arrecadação se retraem. Nos grandes centros, os shoppings centers se estruturaram em função de um nível de renda mais flexível. Com a precarização geral, a renda caiu, junto com as vendas. Preços e qualidade baixaram. Produtos estão à venda em cada esquina. Os lojistas enfrentam dificuldades pelo mundo.

Os gestores do dinheiro público têm sido desleixados com as contas internas e externas, agindo com pouco bom senso, dispersando as verbas em muitas coisas não essenciais. Em seu imediatismo, não desenvolvem estratégias de longo prazo, agindo burocraticamente de improviso por meio de remendos para corrigir problemas momentâneos, sem clareza em suas decisões para acobertar os seus objetivos particulares, e sem olhar para as consequências futuras.

Há de se renovar a burocracia que acabou se tornando mais importante que o próprio país e sua população. Mas o fato é que a burocracia não é a causa dos males, mas sim uma consequência, pois a causa primeira da regressão das condições gerais de vida está no embrutecimento do ser humano que, com seu egocentrismo, afastou-se do sentido da vida, não medindo a extensão de suas atitudes na busca de satisfação de sua

cobiça.

O ser humano tem passado pela vida com viseiras, de modo inconsciente quanto ao seu desenvolvimento progressivo, deixando de perceber as conexões promovidas pelas poderosas leis da natureza, sem se preocupar em penetrar nesse saber que em outras eras era percebido de forma simples.

A burocracia se tornou a forma de criar normas que aos poucos vão sufocando a individualidade e a criatividade. Simplificar tudo na vida implica na necessidade de desburocratizar todo o arcabouço artificial de mando gerador do mecanismo que visa o aproveitamento máximo dos recursos pela elite que se assenhoreou do poder. Mas isso não acontece apenas no setor público, podendo ocorrer da mesma forma no setor privado.

Na aspereza atual da sociedade, os indivíduos estão perdendo o vínculo com os objetivos de melhora geral que devem ser compartilhados, passando a olhar para si e seus interesses, com pouca ou nenhuma consideração pelos demais seres viventes. O mundo precisa erigir a plataforma da simplicidade para afastar as doenças que estão atacando e desorientando o cérebro de forma crescente e, ao mesmo tempo, elevar a sociedade no que ela tem de humano.

Com o enfraquecimento do espírito, o homem se torna materialista e tenta impor a sua vontade para exercer influência de forma ampla e sutil. Nisso, se esforça para impor sua vontade sobre o próximo. A ânsia pela conquista e conservação do poder tirânico não ocorrem apenas no poder estatal, mas também nas empresas, organizações e até nas famílias. Dessa forma, as pessoas são induzidas para que adotem atitudes, decisões e ações padronizadas dentro de um contexto de interesses de dominação.

Ao mesmo tempo, o cérebro confuso, desconectado da intuição, vai perdendo a visão de conjunto sobre o significado da vida, pois está perdendo a simplicidade, a clareza e a naturalidade.

(*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaeaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: bicdutra@library.com.br; Twitter: @bidutra7

Alunos carentes poderão receber bolsas no ensino superior

Estudantes com nota superior a 400 no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e com renda familiar abaixo de um salário mínimo e meio poderão se candidatar a bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior

É o que prevê o projeto do Senado, por meio da criação do Fundo de Incentivo à Formação Superior (FIFS). Pela proposta do senador Pedro Chaves (PRB-MS), o FIFS será financiado por recursos da União e contribuições de particulares e de organizações, além da receita de operações realizadas pelo fundo.

As bolsas cobrirão 60% dos encargos regulares dos cursos, sendo 20% restantes arcados como abatimento pela instituição de ensino e 20% pelo aluno. Os cursos contemplados pelo FIFS poderão ser presenciais ou à distância e os bolsistas deverão cumprir exigências de desempenho acadêmico para que não percam o benefício. O projeto tramita atualmente na Comissão de Educação, onde aguarda o recebimento de



O financiamento virá de recursos da União e contribuições de particulares e de organizações.

emendas. Logo após, será votado na Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta a decisão terminativa.

Segundo Pedro Chaves, o FIFS se destina a complementar

o Programa Universidade para Todos (ProUni), que opera com base em isenções tributárias para as instituições participantes, mas "parece ter chegado a certo limite". Ele considera que

um novo fundo, capaz de captar doações de pessoas físicas e jurídicas através de incentivos fiscais, poderá aumentar as oportunidades de ensino superior para alunos carentes.

Na justificativa de seu projeto, o senador destacou que o número de matrículas em cursos de graduação se expandiu rapidamente nas últimas décadas, sendo o setor privado responsável por três quartos do total de alunos. "É o setor privado que abriga a maioria dos alunos de baixa renda. É notória a inversão que se dá no sistema educacional brasileiro, em que os mais ricos estudam em escolas privadas ao longo da educação básica, mas vão para o ensino superior público, justamente por terem obtido uma melhor formação de base", explicou (Ag.Senado).

Dois dias para lojista receber valores de vendas a crédito

Lojistas e prestadores de serviço terão o prazo máximo de dois dias úteis para receber os valores das vendas realizadas por meio de cartão de crédito. É o que estabelece o projeto do Senado, a ser analisado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Atualmente, o comerciante tem de esperar trinta dias para receber das credenciadoras o valor correspondente às vendas feitas com cartão de crédito.

O projeto estabelece que a maneira como será feito o pagamento deverá ser objeto de regulamentação pelo órgão regulador. Para que possa haver transição segura de um modelo para outro, a norma deverá entrar em vigor somente um ano após sua publicação. O texto em análise prevê que "o instituidor de arranjos de pagamento e a instituição de pagamento deverão transferir para o estabelecimento comercial ou para o prestador de serviços o valor da venda com cartões de crédito em até dois dias úteis após a venda, com os descontos devidos, nos termos do regulamento".

A proposição é de autoria do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que presidiu a CPI dos Cartões de Crédito, instalada em abril para investigar os altos juros cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito. A comissão encontra-se em atividade até outubro. "Nas audiências da CPI, ficou claro que temos um modelo único no mundo. Em todos os países, o estabelecimento comercial recebe o valor de suas vendas em um ou dois dias. O lógico seria que também tivéssemos esse prazo de um ou dois dias para pagamento ao lojista".

"O motivo é simples: o consumidor demora, em média, em torno de 25 dias entre a compra do bem e o pagamento da fatura. Ou seja, é como se ele recebesse um empréstimo sem juros, pelo prazo de 25 dias. E quem financia esse empréstimo? No Brasil, é o lojista, o que não faz o menor sentido", defende Ataídes na justificativa do projeto (Ag.Senado).

Especialistas defendem regularização fundiária

A regularização de terras rurais e urbanas foi defendida por especialistas que participaram de audiência pública interativa sobre reforma agrária promovida pela Comissão Senado do Futuro (CSF). O Conselheiro da OAB/DF, Og Pereira de Souza disse que a Lei 13.465, de 2017 "mudou completamente" o paradigma da regularização de terras urbanas e rurais. Antes, explicou, o governo, em determinadas condições, concedia ao legítimo ocupante o direito de regularizar a terra. A partir da edição da lei, o governo deixa de ser o titular da terra, desde que o terreno não tenha um legítimo ocupante.

"Infelizmente, não temos visto interesse das autoridades competentes em aplicar a lei. Não é bom o Estado ter terras improdutivas. Se a sociedade é titular de sua terra, então temos um país rico. De nada adianta ter Estado rico e cidadão pobre. A lei trouxe uma mudança de paradigma que talvez precise de muito tempo para ser absorvida pelas autoridades públicas", afirmou.

Advogada de movimentos sociais, Aline Marques criticou



Se a sociedade é titular de sua terra, então temos um país rico. De nada adianta ter Estado rico e cidadão pobre.

a concentração de terras no Brasil. Ela acentuou que a cidade não vive sem o campo, e que 70% do alimento que chega à mesa do brasileiro vêm da agricultura familiar. Ela também apontou os prejuízos causados à saúde pelos agrotóxicos e cobrou a edição de norma jurídica que regulamente a perda da propriedade pela ocorrência de trabalho escravo. A advogada ressaltou ainda o que considera uma tentativa clara de criminalização dos movimentos sociais que ocupam áreas destinadas à reforma agrária.

Representante do Ministério

do Desenvolvimento Agrário, Wassil Carrero de Melo Júnior afirmou que a redução dos conflitos pela posse da terra e a prevenção do desmatamento estão entre os principais desafios da Amazônia. Ele destacou que o Certificado de Reconhecimento de Ocupação (CRO), emitido antes do título definitivo, já autoriza a busca de recursos financeiros pelos beneficiados com a posse da terra. Representante do Inbra, Douglas de Jesus disse que a autarquia do governo federal detém hoje 10% do território nacional (Ag.Senado).

Proposta cria o Cadastro Nacional de Animais Domésticos

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou o projeto do deputado Carlos Gomes (PRB-RS), que cria o Cadastro Nacional de Animais Domésticos, que será mantido por órgãos responsáveis por meio ambiente, saúde pública e produção rural. O acesso deverá ser público, por meio da internet. O relator, deputado Ricardo Izar (PP-SP), recomendou a aprovação da proposta.

"Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que o Brasil possuía em 2015 cerca de 30 milhões de animais vivendo na rua, abandonados por famílias ou pelo poder público", disse. "Esses dados comprovam a necessidade de se fazer um cadastro dos animais, que viabilizará inclusive a identificação dos responsáveis pelo abandono e permitirá que sejam tomadas as medidas cabíveis".

Conforme o texto, o cadastro deverá conter as informações de identificação e endereço do proprietário, endereço do animal e procedência, nome popular da espécie, raça, sexo, idade real ou presumida, além de informações sobre vacinas e doenças contraídas ou em tratamento. Deverá ser informado se o animal possui chip de identificação e se é de estimação, produção, entretenimento, pesquisa ou educação.



Izar: o cadastro manterá informações de vacinas e doenças e vai contribuir com o trabalho de controle de zoonoses.

As movimentações de venda, doação ou morte do animal ou de lote de animais deverão ser informadas pelo proprietário declarante, que incorrerá em sanções penais e administrativas quando as informações prestadas forem total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas. "Isso possibilitará que ações do governo sejam mais efetivas, desde o controle populacional até a responsabilização por maus-tratos", afirma Izar. A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Aliados e imprensa criticam Trump após apoio a Putin

Políticos e jornais norte-americanos teceram duras críticas à postura adotada pelo presidente Donald Trump no encontro com o líder russo, Vladimir Putin, na segunda-feira (16), na Finlândia, durante o qual defendeu uma melhora nas relações entre Washington e Moscou e negou qualquer interferência de hackers russos nas eleições à Casa Branca de 2016. O republicano chegou a criticar a investigação conduzida dentro do próprio país sobre o caso.

O ex-vice-presidente Joe Biden afirmou que a coletiva de imprensa de Trump e Putin "não foi digna de um presidente dos Estados Unidos", pois não reflete aquilo que os cidadãos "pensam e nem o que são". "Trump insultou nossos amigos e se aliou aos nossos adversários", alegou Biden. Já o ex-diretor do FBI James Comey pediu que os patriotas "se coloquem de pé para rechaçar o comportamento de Trump, que eximiu um criminoso mentiroso e se negou a apoiar o próprio país".

Até Newt Gingrich, um dos



Magnata republicano chegou a ser acusado de "traição".

maiores aliados e defensores de Trump, disse que o mandatário cometeu "o erro mais grave da sua Presidência e deve se corrigir imediatamente". A imprensa dos EUA também repercutiu as declarações de Trump. Para o jornal "The Washington Post", Trump "confabulou abertamente com o líder criminoso de uma potência hostil", negando-se a admitir o comportamento de Moscou e "destroçando o sistema judiciário de seu país".

O "The New York Times" disse, por sua vez, que Trump "está trabalhando duramente para sabotar os laços dos Estados Unidos com a Otan e com a União Europeia, e para debilitar a influência norte-americana no Oriente Médio". O "The New York Daily News" foi mais fundo e chamou a postura de Trump de "traição", em um artigo ilustrado com uma imagem do republicano apontando uma arma para o "Tio Sam" (ANSA).

Letra legível em receitas e exigência de princípio ativo de remédio

A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara aprovou proposta que obriga os médicos e dentistas a colocarem por extenso em letra manuscrita legível ou texto impresso, nas prescrições, a posologia e a forma de uso dos medicamentos. O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), ao projeto do

Executivo, e cinco pensados. O texto confere validade em todo o País a receitas e notificações de receitas médicas e odontológicas, para fins de comercialização de medicamentos.

"As receitas, que determinam como as drogas devem ser utilizadas, devem ser de fácil e clara leitura e compreensão para evitar questionamentos ou mesmo erros que podem

afetar a integridade física dos pacientes", disse o relator. "A validade das prescrições para todo o território nacional facilita a vida de quem viaja", continuou. A finalidade é garantir ao paciente os dados relativos ao medicamento e as informações sobre como deve proceder, de forma a não haver erros na compra e venda dos remédios (Ag.Câmara).